

**IMPACTOS DA DITADURA MILITAR NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA/ AM:
HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA NOS ANOS 1970 A 1975**

*Alda Lúcia de Souza Brito Ramos¹
Hiana Rodrigues da Silva Magalhães²*

RESUMO: A pesquisa faz-se necessária para o trabalho de conclusão de curso de graduação em História, que despertou o interesse enquanto acadêmica, em investigar sobre os impactos da Ditadura sob uma perspectiva local, do município de Itacoatiara/AM, especificamente, trabalhar os anos de 1970 a 1975, buscando entender esses meandros da história, por meio de testemunhos orais, e memórias sobre este período. Por meio das fontes orais conversamos e marcamos o encontro com dois colaboradores em momentos distintos, respeitando o tempo de cada um. A proposta desta pesquisa foi trabalhar a História oral como registro de experiências, expressão legítima do tempo presente, que nos possibilitou ouvir estes testemunhos. Portanto, o tema desta pesquisa: Impactos da Ditadura Militar no Município de Itacoatiara/Am: história oral, memória e resistência nos anos 1970 – 1975. Visando conjecturar e analisar as narrativas das pessoas que foram afetadas de alguma forma pela opressão, repressão e censura no município de Itacoatiara, no qual a história desses sujeitos levanta questões para compreendermos as formas de enfrentamento ao período de obscurantismo do nosso país, assim entender que valorizar a memória, para não repetir o passado.

Palavras chave: Itacoatiara. História oral. Ditadura militar. Memória. História

1. Introdução

O presente trabalho situa-se no campo da História Social, História e Memória a partir da análise das fontes documentais e orais; assim, pretende-se argumentar acerca de diferentes narrativas relacionadas aos anos de (1970-1975), período em que o município de Itacoatiara registra a resistência no contexto da Ditadura. Diante disso, por meio da história oral e memória, ocorra a análise dos depoimentos orais sobre uma perspectiva histórica.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo conjecturar e analisar o testemunho de pessoas que foram afetadas de alguma forma pela opressão, repressão e censura no município de Itacoatiara Am, no qual a história desses sujeitos levanta questões para compreendermos as formas de tenacidade mediante o período de obscurantismo do nosso país. Trabalhar com

¹ Graduando do curso de História do Centro de Ensino Superior de Itacoatiara da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E-mail: aldalucia092@gmail.com

² Orientadora: Professora Assistente da Universidade do Estado do Amazonas, Mestra em História Social pela Universidade Federal do Amazonas -UFAM, e-mail: hrmagalhaes@uea.edu.br

memórias de indivíduos idosos é crucial para este estudo, pois eles são registros vivos e expressões do tempo presente³.

Nesse sentido, a História Oral é um instrumento poderoso para a elaboração de documentos e pesquisas sobre a vivência social de indivíduos e coletivos. Ao empregar fontes orais e escutas atentas, os historiadores conseguem captar as complexidades subjetivas das lembranças, proporcionando uma visão rica e detalhada dos acontecimentos passados, como a Ditadura Militar no Brasil. Como afirma, Meihy (2005, p.18). A História Oral:

Como registro de experiência de pessoas vivas, expressão legítima do tempo presente”, a história oral deve responder a um sentido de utilidade pública e imediata. Isso não quer dizer que ela se esgota no momento de sua apreensão da eventual análise das entrevistas, ou mesmo do estabelecimento de um texto.

Embora a história oral tenha um valor imediato para o presente, seu potencial vai além do momento da coleta e análise, tornando-se um recurso valioso para reflexões futuras. Nesse sentido, o estudo utilizou fontes bibliográficas, documentais e orais. As entrevistas foram realizadas com a participação de duas testemunhas que nos concederam em tempos distintos, compartilharam suas memórias e lembranças sobre o período considerado como sensível e difícil. Focando em suas vivências, memórias e formas de resistência, por meio da história oral, especificamente nas abordagens de História de vida⁴ e História testemunhal⁵.

Nesse contexto, Meihy (2005) destaca que: O diálogo promovido pelo uso de diferentes fontes quase sempre recorre à história oral como forma de afirmações complementares obtidas por diversos meios. Nesses casos, é enfatizado o caráter dialógico das fontes orais.

³ Abordagem histórica que examina eventos recentes, e utiliza testemunhos. Conceito abordado por (Ferreira, 2018)

⁴ História de vida. (Meihy, Holanda, 2015. P.34) “Em particular, a história oral de vida se espria nas construções narrativas que apenas se inspiram em fatos, mas vão além, admitindo fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções”.

⁵ História testemunhal-(Rovai,2013, P.133), “No caso daqueles que sofreram com um processo trágico – como o da repressão militar –, tocamos em suas feridas com nossos projetos e perguntas. Desejamos publicizar suas lembranças, muitas vezes, para obtermos títulos, disponibilizarmos a pesquisa ou darmos um retorno acadêmico à universidade. A história oral testemunhal, no entanto, pede mais intensamente, do que o trabalho com fontes escritas, que o tratamento dado pelo pesquisador seja ético, atento às consequências das narrativas e das conclusões sobre elas, que muitas vezes o próprio narrador desconhece no momento em que aceita nos contar sobre suas dores”.

Para a formação da rede de colaboradores⁶ entrevistou-se duas pessoas, Sylvia Aranha de Oliveira Ribeiro⁷, de 94 anos, e Emanuel Altamor Viana de Souza⁸, de 68 anos. Ambos viveram em Itacoatiara entre 1970 e 1975, período em que a ditadura militar no município é marcada por repressão e autoritarismo.

A Ditadura Militar é um tema controverso que envolve questões ideológicas e políticas, e por esta razão é um assunto sensível, principalmente para quem vivenciou, tornando-se cada vez mais discutido no país, são diálogos da contemporaneidade, dada as circunstâncias dos recentes episódios que autoridades e civis buscavam relativizar e legitimar a memória da violência usada contra opositores da Ditadura Militar, utilizando-se de argumentos sem fundamentos.

Ao citar as narrativas tal como a maneira em que elas evidenciam os acontecimentos, é fundamental uma análise precisa não apenas das fontes, mas também do contexto, Rodrigo Pato Sá Motta, (2021, p.13), na obra *Passados, Presentes: O golpe e a ditadura militar*, nos esclarece que:

Alguns desses relatos são acompanhados de evidências históricas, como documentos sigilosos localizados em arquivos, inclusive em países estrangeiros. Porém, esses indícios são interpretados de maneira distorcida, na tentativa de conferir credibilidade às versões apresentadas pela extrema direita.

É nesses momentos de negacionismo, que as pesquisas realizadas por historiadores têm a função de historicizar as formas de revisionismo, analisando narrativas, tensões, rupturas ao longo do tempo, através de método histórico, utilizando técnicas e fontes, para compreender esse período autoritário, que não ocorreu somente na região Sudeste, mas em todo território Nacional e especificamente no Estado do Amazonas refletindo também no município de Itacoatiara.

A relevância desta pesquisa para a historiografia local, de que a Ditadura Militar também ocorreu em Itacoatiara, nos permite descrever com maior proporção de repressão e normas ditatoriais, atingindo grupos políticos e sociais.

⁶ Meihy (2005, P. 124-125) De acordo com o manual de História Oral, Meihy, salienta que o termo “colaborador” deve substituir “depoente” ou “informante”, pois, o entrevistado assume um papel que vai além de mero fornecedor de informações ou objeto de estudo.

⁷ Colaborador 1 -Professora aposentada, escritora, 94 anos, entrevista concedida em 10 de maio de 2023, as 14:30 hs, em sua residência.

⁸ Colaborador 2-Professor e advogado aposentado, 67 anos, entrevista concedida em 06 de fevereiro de 2023, as 10:30 hs, na Associação Dom Jorge Marskell, Itacoatiara -Am.

O período de Ditadura impactou profundamente o estado do Amazonas, deixando uma marca indelével na história da região, tanto em termos de acontecimentos quanto na construção da memória coletiva, como afirma o Historiador Queiroz (2020), no artigo intitulado “Que fizeram com meu pai? Sindicalismo e Ditadura no Amazonas⁹”, e na obra *Historiografia em Perspectiva*, que destaca a importância de trazer à tona essas questões, oferecendo uma contribuição à historiografia local.

Nesse contexto, enfatiza que, mesmo em áreas que não podem ter sido o foco principal da repressão, como o Amazonas, os efeitos do golpe de 1964 e da Ditadura foram significativos e palpáveis, marcando a sociedade de forma profunda e silenciosa, para trazer uma pequena contribuição à história e a historiografia sobre a ditadura no Amazonas, demonstrando que, embora pareça haver um certo silenciamento sobre os impactos do golpe de 1964 e da ditadura que se seguiu sobre o Estado, a repressão e o autoritarismo logo fizeram morada e se espalharam sem cerimônias (Queirós, 2020).

Vale ressaltar, que designar a ditadura como "civil-militar" pode sugerir uma divisão igualitária da responsabilidade entre civis e militares na sustentação do regime autoritário como um todo, incluindo aspectos como a repressão, a tortura e a perseguição política. Além disso, essa terminologia pode levar à interpretação de que toda a sociedade apoiou plenamente o governo ditatorial, o que seria incorreto, pois havia tanto os que resistiram quanto os que simplesmente se adaptaram às circunstâncias.

Sendo assim, optou-se por utilizar o termo "ditadura militar" não com a intenção de ignorar ou desconsiderar a participação de segmentos da população civil como apoiadores e integrantes do regime, mas com o objetivo de destacar o papel central dos militares na perpetuação do autoritarismo. De acordo com a afirmação de Motta, (2021, p.98):

[...] há uma ditadura quando um grupo mantém à força o poder político e evita que a oposição tenha chance de assumir o comando. Nesses termos, claramente o que se instaurou em 1964 foi uma ditadura, embora com algumas peculiaridades que se revelam quando aprofundamos o olhar analítico. Uma ditadura, pois comandada por um grupo que chegou ao poder pela força e assim se manteve por vinte anos, tendo usado mecanismos repressivos para evitar que seus adversários mudasse o quadro político.

⁹ O artigo discute a trajetória de Antogildo Viana, presidente do Sindicato dos Estivadores no período do Golpe, natural de Itacoatiara-Am, sendo uma das primeiras vítimas da Ditadura e repressão Ditatorial. Queirós, C. A. “Que fizeram com meu pai?": sindicalismo e ditadura no Amazonas. *Escritas do Tempo*, v.2, n.4, p.183-206, 30jun.2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1204/536> . Acesso em 07 de junho de 2024, as 20:45.

Nesse sentido, Motta argumenta que o que foi instaurado no Brasil em 1964, foi claramente uma Ditadura, pois o regime militar tomou o poder pela força por 21 anos, usando mecanismos repressivos para garantir que seus adversários não conseguissem mudar o cenário político. Dessa forma, o autor ressalta que, independentemente das nuances ou justificativas apresentadas pelos apoiadores do regime, o elemento central que o caracteriza como uma Ditadura é a manutenção do poder por meio da força e da repressão.

2. História Oral e as fontes - relatos da Ditadura militar

A abordagem com tema sobre a Ditadura Militar por meio das fontes orais e da escuta sensível¹⁰, é um desafio para os historiadores do tempo presente, bem como falar sobre traumas, significados, sentidos e subjetividade das pessoas que experienciaram esses acontecimentos, José Carlos Sebe Bom Meihy (2005) nos explica, que “memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais. Assim, “memórias podem ser individuais, sociais e coletivas.”

A História Oral, desde seus primeiros usos como procedimento metodológico no Brasil corresponde com um momento político turbulento, o fim da Ditadura Militar e a luta pela redemocratização. Para Meihy (2005), é complexo conceituar História Oral, levando em consideração as alterações sofridas pelos avanços tecnológicos e científicos, que são utilizados nas entrevistas, ademais é uma técnica que não necessita de uma definição exclusiva.

Sendo assim, para fundamentar essa prática, foi selecionado autores de referência, como: (Meihy,2005), manual de História Oral; (Bosi,2003) O tempo vivo da memória; (Bosi,1979) Memória e Sociedade: Lembrança de velho; (Rovai,2013) Aprendendo a ouvir: a história oral testemunha contra a indiferença; (Meihy, Holanda,2015) História Oral Como pensar como fazer.

Desse modo, Meihy (2005, p.17) ressalta que, a História Oral.

¹⁰ Conceito trabalhado por MENIN, A. F. Por uma escuta sensível na história oral. **História Oral**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. p. 241–244, 2017. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/688> . Acesso em: 28 out. 2024.

[...] é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamentos, e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do “tempo presente” e também reconhecida como história viva.

É relevante pontuar, que as entrevistas realizadas com os colaboradores Emanuel Altamor Viana de Souza (68 anos) e Sylvia Aranha de Oliveira Ribeiro (94 anos), são fontes principais desta pesquisa, pois são fontes narrativas que têm relação com a História e Memória de um período de autoritarismo no Brasil, especificamente no Município de Itacoatiara Am.

2.1 No percurso da pesquisa trabalhando as entrevistas de história oral e suas Complexidades

No segundo semestre de 2022, iniciou-se a primeira tentativa de entrevista com a colaboradora número 1, Sylvia Aranha de Oliveira (92 anos), Professora aposentada, escritora, Mestra em Filosofia da Educação – (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Com uma conversa informal por telefone durante uma viagem dela. Após combinar um encontro para acertar os detalhes, a entrevista foi adiada devido ao clima político tenso da eleição presidencial, com o presidente Jair Bolsonaro tentando a reeleição.

Sendo assim, em 17/09/2022, após a primeira tentativa o encontro foi marcado para sua residência, mas Sylvia, temendo pela sua segurança devido ao contexto político, pediu para reagendar. A entrevista foi remarcada na sua residência, e ocorreu no dia 10 de maio de 2023, às 14:30, com duração de 24 minutos e 18 segundos. Apesar de um pouco apreensiva, Sylvia, foi solícita e gentil, antes do início da gravação pediu para que pudesse observar as questões que fora preparado.

A entrevista seguiu uma ordem cronológica, começando com sua apresentação e passando para as perguntas, em seguida começou dizendo que se chamava Sylvia com (y) Aranha Oliveira Ribeiro, explicou de onde vem o sobrenome Aranha, que herdou de sua mãe, e não sabe porquê dos seis filhos somente ela tem esse sobrenome.

Logo após, a apresentação, ela narrou todas as questões sem que precisasse ser conduzida, ficando à vontade para que falasse o que desejasse, pois como explica, Meihy (2005) sobre as condições de entrevista segundo a perspectiva da memória individual, apesar de estar inserida no contexto social, ela é desenvolvida através de entrevistas que contribuirão

ao colaborador liberdade para narrar. Assim sendo, continuou narrando o contexto histórico desde seu nascimento:

[...]Eu nasci no Rio de Janeiro em setembro de 1930, quando se armava a Revolução do Getúlio Vargas para tomar o poder e derrubar o presidente Washington Luiz. E meu pai, nessa ocasião, exerceu um cargo importante no Rio de Janeiro, e na polícia do Rio de Janeiro. (Ribeiro, Sylvia,2023)

Posterior, a entrevista, ela expressou ainda sentir medo e preocupações com possíveis retaliações. A colaboradora Sylvia Aranha, no auge dos seus 94 anos, nasceu no Rio de Janeiro, e viveu até o ano de 1977 em São Paulo, onde atuou como professora do Ensino Médio e Universitária, lutava por uma Educação que trouxesse mais liberdade aos seus alunos.

No entanto, em 1970, ainda em São Paulo foi presa juntamente com uma amiga também professora, onde vivenciou dias de grandes tormentos, segundo seu relato não foi torturada, mas a violência psicológica e repressão que sofreu permanece até os dias de hoje. Por isso, nas tentativas de conseguir a sua entrevista, durante a gravação, não relatou com muitos detalhes sobre a prisão, mas autorizou como auxílio para esta pesquisa sua autobiografia intitulada “memórias Sylvia Aranha” escritas no ano de 2013, não publicada, apenas disponível no formato impresso e PDF, na biblioteca da Associação Dom Jorge Marskell, onde é uma das fundadoras.

Então, no ano de 1977, veio para o Município de Itacoatiara, através de um projeto “igrejas irmãs São Paulo e Itacoatiara” como missionária, atuando nos movimentos Pastorais e Sociais, vivenciando também a Ditadura no Município. No entanto, na visão de Bosi (2003), ressalta: “Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento”, pois ao narrar os eventos Sylvia Aranha, seleciona memórias do período, sem muitos detalhes, pois quando relembra se sensibiliza principalmente por sua amiga Carmem que foi presa e torturada, que algum tempo depois faleceu em consequência das torturas sofridas.

Além disso, pesquisou-se nos arquivos do site “Projeto Brasil nunca mais¹¹” e foram encontrados sete ocorrências em seu nome, registro do ano de 1970, nos autos dos processos

¹¹ Site Brasil Nunca Mais, acervo virtual, disponível em:
https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_04&pesq=Sylvia+Aranha, acesso em 22 de março de 2024, às 22:25 hs

inclui: Auto de qualificação e de interrogatório, acusações, suas impressões digitais, ficha do registro do dia da prisão datada de 14 de dezembro de 1970 as 23h, e depoimentos dos estudantes integrantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN), consta como motivo da prisão infração contra à segurança nacional, todos relacionados ao período da Ditadura, especificamente o registro de sua entrada no DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social). Foi em consequência dos depoimentos de seus ex-alunos que chegaram ao nome de Sylvia Aranha, e de suas colegas também professoras, pois, as mesmas lecionaram na Escola São Caetano de Campos (SP), na década de 60, onde ocorreram alguns episódios, que marcou os alunos, diante do contexto da Ditadura Militar como relata em entrevista:

[...] Então é isso, eu fui professora, depois na Caetano de Campos, eu fui chamada para dar aulas lá. E lá eu fiz um trabalho pedagógico, acho que não foi muito bom, porque no fim me mandaram embora. Porque já estava bagunçando o estudo, fazendo o pessoal enxergar[...] E nessa altura a gente estava em plena ditadura, foi em 1968. (Ribeiro, Sylvia, 2023)

Porém, Sylvia Aranha ao narrar suas memórias, escolhe o que relatar, podendo não trazer com exatidão todas as lembranças, mas trazem sentidos do passado. Conforme, Alistair (Thomson, 1997) Com o passar do tempo, nossas identidades mudam e se adaptam, e reavaliamos nossas experiências passadas para que elas se encaixem com nosso eu presente. Esse processo permite uma consonância entre nossa identidade passada e atual, ajudando-nos a integrar o que vivemos ao que nos tornamos. Em resumo, essas lembranças nos dão uma narrativa de continuidade e coerência, contribuindo para um sentido mais pleno e satisfatório. Sylvia narra:

[...] E a nossa escola era na Praça da República, onde se davam alguns comícios relâmpagos dos jovens, contra a ditadura. Aí todo mundo ia para a janela, acabava a aula, porque ninguém conseguia, ficava todo mundo olhando ver os soldados chegarem lá de cavalaria, baterem nos estudantes, saía todo mundo correndo. Foi um tempo bem violento, bem difícil. (Ribeiro, Sylvia, 2023)

Se refere aos estudantes, que buscavam uma sociedade sem desigualdades sociais e lutavam contra a ditadura, se envolvendo em movimentos de guerrilha e luta armada. A colaboradora ainda cita na sua entrevista [...] “mas eu não pregava contra a ditadura, eu pregava pela verdade, pela luta por uma escola boa, uma escola que os pobres tivessem vez.

Então era isso, mas isso não interessava” os estudantes também tinham anseios por uma sociedade melhor. Finalizando a entrevista, relatou dizendo:

[...] eu fui presa, fiquei alguns dias no DOPS de São Paulo, que era um lugar, assim que você entrava, não sabia se saía. E graças a Deus e ainda a lembrança que tinham de papai, que ele também foi secretário da segurança em São Paulo também, me soltaram, conseguiram, me soltaram também, viram que eu não tinha coisa nenhuma para estar presa. (Ribeiro, Sylvia, 2023).

Portanto, em sua autobiografia¹², relata que após os procedimentos de registros, impressões digitais, foi levada para cela, onde dormia em colchões no chão, com dias de sofrimento e ansiedade, pois sabia que muitos entravam e não saíam daquele lugar, soube de sua amiga Carmen que fora tortura, e encontrou também ex-alunos e professoras que pertenciam ao Partido Comunista. Embora, a trajetória de Sylvia Aranha em São Paulo seja emblemática, nota-se que ao chegar no município de Itacoatiara exerce a função de missionária leiga, atua nos movimentos Sociais e pastorais da Prelazia de Itacoatiara.

Ademais, o contato com o segundo colaborador, o sr. Emanuel Altamor Viana de Souza, 66 anos de idade (professor formado em Pedagogia, e Direito) a princípio aconteceu a partir da leitura do livro de dona Sylvia, o livro que narra alguns fatos da ditadura no município de Itacoatiara, o nome de Altamor aparece como sendo um dos personagens que vivenciou as agruras daquele período, quando ele era engajado na luta de estudantes secundaristas e sindicato de professores municipais, esses fatos narrados pela escritora Sylvia, na obra intitulada “Cantares e Lembranças do Povo, 2020” a partir daí surgiu o interesse pela temática sobre a Ditadura Militar no âmbito do Município de Itacoatiara.

Assim, buscou-se o contato e imediatamente demonstrou interesse em contribuir com a pesquisa sobre a Ditadura Militar no Município de Itacoatiara, durante uma conversa informal em 31 de dezembro de 2022. Agendou-se a entrevista para o dia 06 de fevereiro de 2023, considerando que ele reside no município de São Sebastião do Uatumã, decidiu-se realizar a entrevista em Itacoatiara, por ser mais viável, ocorrendo assim, no dia 06 de fevereiro de 2023 às 10:15h na sede da Associação Dom Jorge Marskell, na referida cidade.

¹² Autobiografia: Memórias Sylvia Aranha, no capítulo: A detenção no Dops (Departamento de Ordem Política Social)- dezembro de 1970, (Ribeiro,2013, p.26)

O colaborador Emanuel Altamor, 67 anos, nasceu na zona rural do Município de Nova Olinda do Norte, na juventude veio para Itacoatiara estudar, na década de 70 e 80, foi militante nos movimentos estudantis, professores, sindicais e pastorais, e experienciou a Ditadura Militar de forma de direta.

Para compreendermos a memória de idosos; (Bosi,1979) diz que, as memórias dos idosos tendem a ter uma estrutura mais definida e estável, pois a sociedade se baseia em experiências de uma já vívida, cujas características são mais fixas e reconhecíveis. Para os idosos, a memória se assemelha mais a um refazer, isto é, uma experiência ativa do passado, onde a vida vívida até então permite uma visão mais ampla e distanciada dos acontecimentos, formando uma espécie de "pano de fundo "para suas lembranças. A memória do idoso, nesse contexto, não é apenas um sonho nostálgico, mas sim uma reinterpretação mais.

De acordo com o colaborador 2 (Souza, Emanuel,2023), no município, surgiram muitos conflitos que fazem parte da história no contexto da Ditadura, nesse período ninguém podia andar em grupo nem reunir. Quando ocorriam as reuniões em alguma casa ou outro local, era necessário que tivesse algum olheiro para dispersar as pessoas, pois se fossem pegas pela polícia, por estarem reunidas, seriam presas. Como por exemplo, o fato ocorrido foi a visita de Dom Pedro Casaldáliga¹³, de São Felix do Araguaia.

[...] D. Pedro chegou em Itacoatiara de madrugada e, às 8h de uma segunda feira ele chegava ao CENTREPI, acompanhado pelo bispo D. Jorge. Com 5min de sua chegada, uma Kombi branca entrou na área do Centro de Treinamento e estacionou junto a uns açaizeiros, de onde era possível ouvir e gravar o que era dito por D. Pedro Casaldáliga. (Souza, Emanuel,2023)

Pedro Casaldáliga, sendo um membro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), era defensor dos Direitos Humanos e contra a Ditadura Militar, por isso sempre era seguido por todos lugares aonde ia. Nesse fato em Itacoatiara os policiais federais permaneceram por cinco dias, gravando tudo que ele falava.

É pertinente mencionar a chegadas dos missionários de Scaboro¹⁴ Canadá na década de 60, os movimentos Sociais no Município de Itacoatiara se organizaram e promoveram ações para desenvolver, não somente a prática evangelizadora, mas também a consciência crítica e participação na luta por melhores condições de vida e justiça social, nesse mesmo

¹³ Bispo emérito de São Félix do Araguaia, militante dos direitos humanos, lutou contra a ditadura.

¹⁴ Sociedade de Scaboro para missões estrangeiras, de padres canadenses

período a criação da Prelazia de Itacoatiara, será fator determinante para a atuação de movimentos sociais no município. Conforme afirma, o Colaborador Emanuel Altamor:

A doutrina social da Igreja Católica naquele período se fundamentava na chamada Teologia da Libertação que muito contribuiu com os ribeirinhos, povos da floresta, trabalhadores rurais, pescadores, operários, professores e tantas outras categorias profissionais e sociais dos municípios de Itacoatiara, Silves, Urucurituba, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Urucará e, já na década de 80, Presidente Figueiredo. Em Itacoatiara, tivemos nesse período excelentes parlamentares, militantes políticos, estudantes, professores que eram contrários ao Regime Militar ou à Ditadura, no Município e, também, em nível Estadual. (Souza, Emanuel,2023)

A Teologia da Libertação¹⁵ é um movimento eclesial que surgiu na Igreja Católica na década de 60, com objetivo de ajudar os pobres e necessitados, sendo os religiosos comprometidos com a questão social e a realidade do povo necessitado. No município de Itacoatiara, não foi diferente das demais cidades brasileiras. Como afirma, a autora Sylvia Aranha na obra Mano Jorge (Biografia de Dom Jorge), afirma que:

A Ditadura Militar nos jogou, como nenhum outro professor o poderia ter feito, na realidade política do Brasil, da América Latina e do mundo. Nos anos seguintes a Igreja do Brasil, única instuição que poderia desafiar o Estado, tornou-se por meio de seus líderes, a voz dos que não podiam se manifestar. Em Itacoatiara, a Igreja também assumiu as propostas de Medellín e as perseguições começaram a atingi-la. (Ribeiro, 2008).

Ainda nesse contexto, Sylvia Aranha, narra que os missionários de Scabro foram afetados por dois acontecimentos: O Concílio do Vaticano II, que teve início em 1962 e o Golpe Militar de 1964,

Seguiu um clima de intolerância política, contra os que lutavam pela justiça e defendiam os direitos dos mais carentes, foi aprovada uma moção de suspeição contra os missionários de Scabro[...] no final da década de 70, a ditadura e a intolerância política ainda se faziam presentes em Itacoatiara: a correspondência endereçada ao Bispo, padres, agentes de pastorais era frequentemente violada e censurada¹⁶.(Ribeiro, 2008, p.34)

¹⁵ -Ebook- Teologia da Libertação perspectivas de Gustavo Gutiérrez, 2020, tradução: Yone Maria de Campos Teixeira e Marcos Marcionilo. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=JzHM6DIFhKwC&oi=fnd&pg=PA6&dq=sobre+teologia+da+liberta%C3%A7%C3%A3o&ots=nohIUvr0MZ&sig=Ah2MoR4m80YiG17TBN3EgFFnx0c#v=onepage&q=sobre%20teologia%20da%20liberta%C3%A7%C3%A3o&f=false>
¹⁶ (Ribeiro, 2008) Ribeiro, Sylvia Aranha, Mano Jorge- Biografia de Dom Jorge Marskell, Manaus: Editora Valer,2008.

As violações direcionadas as correspondências, foram mencionadas também em uma conversa informal com dona Sylvia Aranha, numa tentativa de gravarmos a entrevista, não permitiu a gravação, pois tinha receio de ser perseguida; onde citou que “todas as correspondências, endereçadas aos membros da Prelazia eram violadas, buscavam qualquer informação que comprometesse, principalmente os missionários Canadenses, pois as mesmas chegavam naquele período de barco”.

Para tanto, com a renovação promovida pelo Concílio do Vaticano II¹⁷, e do encontro dos bispos em Medellín, a perseguição aumentou, pois, todas as mudanças eram consideradas uma afronta e uma ameaça à ordem estabelecida, impedidos de se manifestar contra o autoritarismo vigente.

Em Itacoatiara, em outubro de 1961, chegaram os primeiros cinco missionários de Scarboro, Canadá: Miguel O’Kane, Vicente Daniel, Douglas Maknon, Jorge Edward Marskell e Francisco Paulo Mc Hugh, sendo esse último o primeiro bispo do município, surgindo a Prelazia de Itacoatiara, e as Comunidades eclesiais de base. Nesse sentido, (Ribeiro,2008) relata que, Miguel O’Kane, escreveu um artigo, denunciando o que estava acontecendo com os missionários aqui no Brasil, com os membros da ordem religiosa.

Logo, estes foram os principais alvos de desconfiança durante a Ditadura Militar, com suas atividades, sermões e ações sendo monitorados pelas autoridades militares. Diversas missões foram deportadas, enquanto o clero local que se posicionava contra o governo militar enfrentava perseguições, sendo submetido a hostilidade, prisões e, em alguns casos, detenções sem julgamento.

3. Considerações Finais

É essencial destacar a importância da História Oral e da memória como ferramentas indispensáveis para entender as nuances e os impactos de períodos históricos complexos, como a Ditadura Militar no Brasil (1964 - 1985). Nesse sentido, ao abordar as vivências de resistência, repressão e censura no município de Itacoatiara (AM), foi possível escutar e analisar as narrativas de dois indivíduos que experienciaram diretamente o período autoritário, Sylvia Aranha vivenciou em São Paulo e chegando em Itacoatiara também sentiu os impactos

¹⁷ Evento eclesial que ocorreu em 1962 e 1965, sendo considerado um dos maiores acontecimentos católicos.

da Ditadura, Emanuel Altamor viveu todo o período nesse município cujas histórias, foram analisadas de forma distintas.

Para Thomson (1997, p.69) “[...] testemunho oral gera novas histórias, e a criação de novas história, por sua vez, pode, literalmente, contribuir para o processo [...] de experiências vividas por indivíduos e grupos [...]”. Nesse sentido, o testemunho oral pode dar origem a novas interpretações e narrativas históricas. Quando alguém compartilha suas memórias e experiências pessoais, ele ou ela contribui com uma perspectiva única e rica sobre o passado. Essas histórias, ao serem documentadas e comprovadas, geram “novas histórias”.

Os testemunhos não apenas recuperaram acontecimentos do passado, mas também revelaram como esses sujeitos constroem suas memórias e refletem sobre os efeitos desse período sombrio, tanto para si mesmos quanto para a comunidade local, numa época em que o passado corre o risco de ser distorcido ou esquecido, ouvir e valorizar essas lembranças é um modo de preservar a história.

Este estudo, portanto, reforça a relevância de investigar os efeitos da Ditadura em contextos regionais, mostrando que o município de Itacoatiara também foi palco de lutas, resistência e de traumas que ainda ecoam no presente. Através das memórias dessas pessoas, podemos compreender as diferentes formas de resistência e perseverança que marcaram esse período de opressão, contribuindo para a construção de uma memória coletiva mais ampla e sensível.

O uso da História Oral, sobretudo no trabalho com pessoas idosas, confirma seu papel como registro vivo, fundamental para o resgate de experiências que enriquecem nossa compreensão histórica. Essa abordagem permite acessar subjetividades e, ao mesmo tempo, desafiar os historiadores a refletirem sobre as complexidades e limites da memória. Assim, este trabalho não apenas revelou fragmentos do passado, mas também contribui para a construção de um legado que não deve ser esquecido, reafirmando o papel da história como um instrumento imprescindível para compreender o passado.

4. Fontes Orais

Souza, Emanuel Altamor Viana de, 67 anos, professor e advogado aposentado. Entrevista realizada em 06 de fevereiro de 2023.

Ribeiro, Sylvia de Oliveira, 93 anos, professora aposentada e escritora. Entrevista realizada em 10 de maio de 2023.

5. Referências:

Bosi, Ecléa. **O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social**/ São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**, São Paulo. Editora: T.A. Queiroz, 1979.

Ferreira, Marieta de Moraes. **Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil**. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

Meihs, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**, 5ª Ed. Loyola. São Paulo. fevereiro, 2005.

Meihs, José Sebe Bom, Holanda Fabiola. **História Oral: Como fazer como pensar**. 2ª ed. São Paulo: Contexto 2015.

Memórias da Ditadura: Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/antogildo-pacoal-vianna/> acesso em 15 de agosto de 2024, as 16:10h

Menin A. F. **Por uma escuta sensível na história oral**. *História Oral*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. p. 241–244, 2017. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/688>. Acesso em: 28 out. 2024.

Motta, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Pereira, Guilherme Fernandes-Manaus: BK, 2014. **Os movimentos Populares em Itacoatiara: Conflitos, Lutas e Conquistas nas Décadas dos anos de 1980 a 2000**

Queirós, C. A. “**Que fizeram com meu pai?**”: sindicalismo e ditadura no Amazonas. *Escritas do Tempo*, v.2, n.4, p.183-206, 30jun.2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1204/536> . Acesso em 07 de junho de 2024, as 20:45.

Queirós, César Augusto(org.) **Historiografia Amazonense em perspectiva**, Manaus Editora Valer, 2020.

Ribeiro, Sylvia Aranha de Oliveira; Medeiros, Silvia Aline (orgs.) **Cantares e Lembrares do povo-Recordando Dom Jorge Marskell**. São Carlos, 2020.

Ribeiro, Sylvia Aranha, **Mano Jorge- Biografia de Dom Jorge Marskell**, Manaus: Editora Valer, 2008.

Rovai, M. G. de O. **Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença**. *História Oral, [S. l.]*, v. 16, n. 2, p. 129–148, 2013. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/313> . Acesso em: 24 out. 2024.

Site Brasil Nunca Mais: Documento disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_04&pesq=Sylvia+Aranha, acesso em 22 de março de 2024, às 22:25 hs

Site Hemeroteca digital. Disponível: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_02&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2304. Acesso em 23 de outubro de 2024, as 19:30 hs.

Thomson, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 15, 1997.

ANEXOS

Transcrições

Entrevista Colaboradora Sylvia Aranha



Nome: Sylvia Aranha de Oliveira Ribeiro

Idade: 94 anos

Local de nascimento: Rio de Janeiro

Endereço Atual: João Valério 304, Bairro do Jauari

Cidade: Itacoatiara-Am

RG: 12724531

Profissão: Professora aposentada

Email: sylvia1930aranha@gmail.com

Local da entrevista: residência da colaboradora

Entrevista concedida 10 de maio de 2023, as 14:30h

Duração: 24:18 min

(Pesquisadora) Bem, vamos dar início à nossa entrevista com a dona Silvia Aranha e deixar registrada a importância dela para essa pesquisa histórica. Dona Silvia, primeiramente agradecer pela sua colaboração. E a primeira pergunta que eu gostaria de perguntar à senhora é, antes de tudo, que a senhora pudesse se apresentar, por favor.

(Colaboradora) Então, eu me chamo Sylvia (com y) Aranha de Oliveira Ribeiro. A família Aranha é da minha mãe e é interessante porque nós éramos seis filhos e meu pai só pôs o sobrenome Aranha em mim, não sei porquê. E agora em Itacoatiara só me conhecem como Silvia Aranha.

(Pesquisadora) Sim.

(Colaboradora) Então, só para dizer. Eu nasci no Rio de Janeiro em setembro de 1930, quando se armava a Revolução do Getúlio Vargas para tomar o poder e derrubar o presidente Washington Luiz. E meu pai, nessa ocasião, exerceu um cargo importante no Rio de Janeiro e na polícia do Rio de Janeiro. E quando veio a Revolução, eu nasci em setembro, a Revolução foi em outubro. Os amigos de papai puseram minha mãe e os filhos, éramos cinco filhos, nos mandaram para Aracaju, Sergipe, onde morava a minha avó materna. Por causa da perseguição, meu pai ficou foragido praticamente um ano. Então, nós ficamos lá. Eu mal nasci e já fui para Sergipe, que era a terra dos meus pais. E só voltamos um ano depois, quando meu pai conseguiu provar que as acusações que tinham feito a ele não eram verdadeiras. E aí ele conseguiu uma casa num bairro que estava começando, um bairro chamado Sumaré. E foi interessante porque ele não tinha dinheiro. Aí quem comprou? Tinham duas casas. Meu pai, meu tio, irmão de meu pai, comprou as duas casas e vendeu, entre aspas, para meu pai até que ele pudesse pagar. E levou muitos anos para que ele pudesse pagar. E quando ele pagou, ele pagou por 50 contos, que foi o que o meu tio pediu no começo, porque eles eram realmente muito amigos. E isso foi muito importante para nós. Então eu me criei em São Paulo, no Sumaré. Era um bairro que estava começando, a gente tinha que tomar condução longe, íamos a pé para pegar primeiro o bonde e depois o ônibus. E eu estudei num grupo escolar muito bom, que se chamava São Paulo. E de lá eu consegui entrar na Caetano de Campos, que era a melhor escola pública de São Paulo naquele tempo. E aí eu fiz o ginásio. Depois eu saí e fui para um colégio particular de freiras, onde a minha irmã tinha entrado como religiosa. E lá eu terminei o fiz o clássico. Aí eu fiz vestibular para filosofia. E passei, fiz o curso de filosofia. E aí eu ganhei uma bolsa de estudos da faculdade onde eu fiz, que era das irmãs, para estudar na França. E aí eu passei um ano estudando na França. E quando voltei foi, assim, uma graça de Deus. O concurso público para filosofia não havia há anos. E abriram um concurso de filosofia. Aí eu fiz, passei e comecei a ensinar. Então, parece que Deus ia conduzindo os passos da gente. E desde menina eu tinha, não sei até hoje, não sei

explicar porquê, eu tinha vontade de ser missionária no Amazonas. E ninguém em casa falava de Amazonas, nós não tínhamos nenhum parente amazonense. E eu não sei porquê, mas eu tinha vontade de ir para o Amazonas para trabalhar e tal. Eu fiz um versinho, tinha 12 anos, dessa chamada de Deus para o Amazonas. E aí... Mas a vida foi passando, eu comecei a ensinar e gostava de ensinar e tal. E depois, bem depois eu fui convidada para dar aula na PUC de São Paulo. Dei aula de prática de ensino de filosofia. E estava contente, mas era aquilo que eu escrevi na minha autobiografia. Eu sentia que o mundo da escola, da faculdade, era um mundo pequeno. Que eu queria uma coisa mais aberta. Mas não aparecia a ocasião. E aí, o D. Paulo Evaristo fez um projeto chamado Igrejas Irmãs São Paulo e Itacoatiara. Quer dizer, ele com os canadenses e o bispo de Manaus. E com isso, minha irmã, que era religiosa, veio para Itapiranga. E ela me convidou para vir passar o Natal em 1976. Eu fui para Itapiranga e logo em seguida, em janeiro, houve uma assembleia para planejar os trabalhos da prelazia, no ano de 77. E aí, eu fiquei encantada de ver aqueles velhinhos, os caboclos, todos participando, como os padres, os agentes de pastoral. E o bispo, que não era ainda bispo, mas já ia ser daqui a pouco, D. Jorge. Ele só mais escutava do que falava. E aí, eu falei, poxa, mas é essa igreja que eu quero servir. E aí, eu falei com D. Jorge e ele disse, olha, se você quiser mesmo vir, eu acho bom. Mas eu preciso perguntar para os agentes de pastoral todos. E todos concordaram e eu voltei para São Paulo para defender a tese de mestrado. E aí, defendi em junho. Em julho, eu peguei o avião e vim de mudança para São Paulo, para Itacoatiara. E aqui fiquei até 1981, sendo que viajava pelo Arari, ilha do Risco, fez várias viagens, conhecendo as comunidades e trabalhando. E aí, eu trabalhei muito no Centrepí, que era o centro de formação. Eu tive muito contato com o pessoal mais pobre de longe. E eu pensava, poxa, eu conheço tão pouco, porque eu só conheço no tempo que eles estão aqui em Itacoatiara, nas viagens. Eu estou querendo ir para algum lugar que eu fique morando com o povo. E apareceu o Silves, que estava sem padre, sem irmã, sem ninguém. Aí foi a irmã Carolina, que era uma religiosa canadense, enfermeira. E eu fomos para lá, no fim de 1981. E ficamos cinco anos lá. E aí, depois de cinco anos, eu achei que devia voltar para Itacoatiara e voltei. E aí fui trabalhar na colônia, na paróquia da colônia. Não era paróquia ainda. Na comunidade do Divino Espírito Santo. E quando eu saí de Silves, eu achei que era importante eu escrever um livro sobre a história de Silves. Porque o povo não acreditava, ninguém queria ser descendente de indígena. Ninguém dava valor para os indígenas, nem para o povo mesmo. Os poucos que escreveram alguma coisa eram a gente que tinha saído de Silves para Manaus. E também achava que quem ficou lá não era tão importante. Aí eu falei, vou escrever um livro para mostrar para o povo Silvense o valor que ele tem. E escrevi o primeiro livro chamado Vida e

Morte no Amazonas. Que vai sair agora, a segunda edição está saindo já. E aí eu mostrei interessante, por sentido que você achasse bom. Mas eu mostrei para o meu irmão, que é muito crítico, um dos meus irmãos, o único que é vivo ainda. E perguntei, o que você achou do livro? Ele disse, olha, eu gostei. Mas eu acho que se você escrevesse um romance com esses dados que você aprendeu em Silves, você ia ter muito mais leitores. Aí eu comecei a escrever um romance que ficou muito bom, chamado O Encontro das Águas, que é a história de uma mestiça. Então, eu comecei a escrever, engraçado, eu sempre fui boa de redação, ganhei os concursos pela Estrada da Vida no colégio, mas nunca pensei em ser escritora. Mas aí comecei a escrever, e hoje em dia eu tenho 12 livros publicados. Então é isso, eu fui professora, depois na Caetano de Campos, eu fui chamada para dar aulas lá. E lá eu fiz um trabalho pedagógico, acho que não foi muito bom, porque no fim me mandaram embora. Porque já estava bagunçando o estudo, fazendo o pessoal enxergar. E nessa altura a gente estava em plena ditadura, foi em 1968, que foi todo aquele tempo que houve a Revolução dos Jovens na França, em outros lugares. E a nossa escola era na Praça da República, onde se davam alguns comícios relâmpagos dos jovens, contra a ditadura. Aí todo mundo ia para a janela, acabava a aula, porque ninguém conseguia, ficava todo mundo olhando ver os soldados chegarem lá de cavalaria, baterem nos estudantes, saia todo mundo correndo. Foi um tempo bem violento, bem difícil. Mas eu não pregava contra a ditadura, eu pregava pela verdade, pela luta por uma escola boa, uma escola que os pobres tivessem vez. Então era isso, mas isso não interessava. A diretora era uma pessoa muito fechada. E todo ano, eu fiquei acho que quatro anos lá, todo ano, no fim do ano, como eu era comissionada, a diretora tinha que pedir a renovação da minha presença lá. E aí, nesse ano, ela não pediu, e os alunos começaram a se movimentar, e foram até a Secretaria da Educação. Mas nesse momento exato, saiu o AI-5. Então todo mundo calou a boca. E eu voltei para o meu colégio, onde eu dava aula. E na escola tinha um grupo de professores mais jovens, que eram realmente, queriam assim uma escola de reflexão, que não era para ficar repetindo o que se falava. Então, quando eu fui embora também, todo mundo se dispersou nesse grupo. Cada um foi trabalhar em um colégio. E uma das professoras de Química, que tinha, como se diz, uma influência grande, uma liderança muito boa, ela era uma pessoa inquieta, ela procurava um jeito de fazer o Brasil melhor. Eu era mais tranquila. E aí ela foi presa. E ela tinha pedido, um tempo antes, uns meses antes, que se ela podia ficar lá em casa, porque os pais não aceitavam muito a maneira de ela pensar. E eu falei, pode ir, fica lá em casa. Eu morava, nesse tempo, com a minha tia, que morava comigo. A casa era minha e a minha tia, já bem idosa, morava lá. E essa professora foi passar um tempo lá em casa, na época em que ela foi presa. E aí eu fui

junto com ela. E nessa coisa houve um episódio bem interessante, porque eu gosto de contar, ainda quero escrever isso como uma história. Em casa tinha um banco bem grande, que tinha sido da família e tal. E era um banco grande, que você sentava e levantava a tampa e podia guardar. No tempo de criança, minha mãe guardava cobertor, travesseiro, que não estava usando. Mas eu, quando estava na minha casa, guardava os papéis interessantes, as cartas, o que tinha um aluno que fez uma crítica muito interessante sobre as minhas aulas, eu guardava. E uma coisa muito interessante, meu pai, em 1923, ele... Não, em 1922, uma coisa assim. Ele foi para Sergipe e se enamorou lá de uma moça, que veio a ser a minha mãe. E aí, quando ele voltou, ele ainda esperou um tempinho e tal, escreveu um pedido de casamento para ela. E o Rascunho, ele fez um papel da polícia, timbrado, porque ele era delegado nesse tempo. Isso antes da gente ir para o Rio, de acontecer tudo aquilo. E aí, quando eu fui presa, eles levaram junto esse papel dele, dizendo se ela aceitava e tal. E eu não sei o que eles pensaram lá, uma carta com o timbre da polícia pedindo uma moça em casamento. E aí, quando eu fui chamada para falar com o delegado, olha a minha cara de pau. Eu falei, olha, eu acho que vocês leram os papéis, vocês viram que são todos papéis de lembrança de família e tal. Será que vocês podiam me devolver quando eu for solta? Não é que eles devolveram. Isso seja ponto positivo para o delegado lá. E eu tenho até hoje essas lembranças queridas. E daí, nem sei em que altura que eu estou, eu fui presa, fiquei alguns dias no DOPS de São Paulo, que era um lugar, assim que você entrava, não sabia se saía. E graças a Deus e ainda a lembrança que tinham de papai, que ele também foi secretário da segurança em São Paulo também, me soltaram, conseguiram, me soltaram também, viram que eu não tinha coisa nenhuma para estar presa. E aí, mas aquilo, eu passei um ano inteiro, você pergunta aí se a gente teve, se guardou. Eu guardei, eu fiquei um ano sonhando toda noite com polícia, com tudo. Porque é uma violência muito grande, embora eu não tivesse sido torturada, mas a minha amiga foi torturada. Então, é realmente uma violência que a gente não esquece. Mas acho que já acabou. Daí eu vim para cá e estou até hoje aqui.

(Pesquisadora) É verdade.

(Colaboradora) Demandou tanto que eu já contei tudo.

(Pesquisadora) A sua mensagem final, que a senhora queira deixar para os leitores...

Então, o que eu queria dizer, a lembrança do tempo que eu ensinei foi muito boa. Eu vou só contar uma história para vocês, para os jovens guardarem isso muito na cabeça. Geralmente, eu me dava muito bem com os alunos, mas um ano, teve um primeiro ano do colegial que eu tinha um certo problema com eles. E eu, quando chegava nos primeiros dias de aula, eu dizia, olha, vocês, a minha aula, vocês têm toda a liberdade de perguntar, de criticar o que vocês não estão de acordo, mas tantas razões por quê e tal. E virou uma bagunça a aula. E aí eu falei, agora acabou, vocês não souberem aproveitar a liberdade, acabou, eu vou dar aula, eu vou falar e vocês escutam. Aí um belo dia, um levantou a mão e falou assim, professora, eu posso perguntar uma coisa? Dizer uma coisa? Eu disse, pode. Ele disse, olha, quando a senhora chegou aqui, a senhora nos tratou como adultos, que nós não somos. Depois, virou uma bagunça. A senhora passou a nos tratar como crianças, que nós não somos. A senhora só não nos tratou como adolescentes, que nós somos. Eu devia ter perguntado para ele como é que é, mas eu disse, como adolescente, não tive coragem, porque aquilo foi tão forte. E ele ter a liberdade de falar isso. E daí tomei mais cuidado no dizer as minhas regras de liberdade. Então é isso. Eu queria falar para os jovens que a gente confia neles e que espera que o Brasil fique melhor na hora que os jovens se convencerem da força que eles têm, do poder que eles têm de mudar as coisas para o bem. Então é isso.

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA EMANUEL ALTAMOR



Colaborador: Sr. Emanuel Altamor Viana de Souza

Idade: 67 anos

RG: 337656-7

Profissão: Professor/ Advogado

Email: ealtamorsouza@uou.com.br

Local de Nascimento: Município de Nova Olinda do Norte- Am

Endereço Atual: Estrada da Integração, quilômetro 5, Zona Rural, Município de São Sebastião do Uatumã

Data da entrevista: 06 de fevereiro,

Local: Associação Dom Jorge Maskell, Localizado na rua Avenida 7 de setembro, 1054- Centro, município de Itacoatiara-Am

Horário: 10:30h

Duração: 25:16 min

Pesquisadora: Dando início a nossa entrevista, me chamo Alda Lúcia de Souza Brito Ramos, acadêmica do curso de Licenciatura em História, da UEA, primeiramente registrar a importância do seu Emanuel, para a contribuição desse trabalho de pesquisa histórica no município de Itacoatiara, vamos dar início.

O senhor poderia se apresentar dizendo seu nome, data de nascimento idade e profissão?

Colaborador:- Eu sou Emanuel Altamor Viana de Souza, nasci em 19 de setembro de 1956, no lugar 2 Irmãos, Rio Curupira, Município de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas. Tenho, atualmente, 66 anos de idade. Fui trabalhador rural quando adolescente e jovem, participei de concurso público na área de educação e me tornei servidor público estadual: professor e pedagogo, a partir de 1985 e, profissional liberal: advogado, a partir de 2000.

Pesquisadora: Qual local de nascimento?

Colaborador: Como dito anteriormente, nasci e vivi minha adolescência e parte da minha juventude, no Rio Curupira, zona rural do Município de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas.

Pesquisadora: -Quais foram as circunstâncias de sua vinda para o município de Itacoatiara?

Colaborador:- Eu tinha uma vontade imensa de estudar. Iniciei meus estudos na “Escolinha São José”, no Igarapé do Arrozal, no rio Curupira, onde o meu irmão, José Azamor Viana de Souza era o professor. Ele e minha mãe foram meus principais incentivadores. Isso consolidou minha intenção de pedir ao meu pai, Sóstenes Varejão de Souza, o direito de matricular-me numa escola na cidade de Itacoatiara. O que aconteceu, alguns anos depois, no Grupo Escolar “Coronel Cruz”, em janeiro de 1965. Matriculado no 1º

Ano Fraco, foi o único aluno da turma que, no final do ano, passou para o 2º Ano. Algo me motivava. Queria entender como funcionava a nossa sociedade. Por que havia pessoas riquíssimas e outras miseráveis? Ouvia dizer que quem trabalhasse muito, enriqueceria. Mas acompanhei meu pai, minha mãe, minha família que trabalhava muito, mas nunca enriqueceu. Por que a sociedade é assim? Por isso decidi estudar para compreender como funciona a sociedade: por que essa desigualdade e falta de solidariedade entre as pessoas?

Pesquisadora: O senhor acredita que houve ditadura no município de Itacoatiara?

Colaborador: Tenho a compreensão que houve reflexos da ditadura militar em Itacoatiara, porque com a ditadura militar de 1964, os governadores dos Estados e os prefeitos dos municípios passaram a ser indicados pelos ditadores e não eleitos pelo povo. Pessoas, estudantes, sindicalistas e políticos que eram contrários ao regime militar foram perseguidos, cassados, destituídos de seus cargos, alguns presos..., torturados... exilados... assassinados...

Pesquisadora: Teve contato direto ou indireto com a ditadura?

Colaborador:- Há alguns casos que passo a relatar. Na década de 70 conheci várias pessoas que eram militantes políticos, algumas com cargos eletivos, professores, intelectuais, estudantes e membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), grupos de cristãos católicos que não só rezavam, mas desenvolviam atividades sociais e políticas junto a esses grupos de pessoas. Sempre gostei de participar dos eventos que realizavam: palestras, estudos, reflexões. Isso me ajudou significativamente a responder aos meus questionamentos sobre o funcionamento da sociedade. Passei, então, a participar efetivamente da pastoral da Juventude da Prelazia de Itacoatiara que, de vez em quando, por intermédio do Padre e depois Bispo, D. Jorge Marskell, trazia personalidades do Estado do Amazonas ou de outros Estados, sobretudo, de São Paulo, porque havia um projeto denominado de “Igrejas-Irmãs”, entre a Prelazia de Itacoatiara e a Arquidiocese de São Paulo, que ajudavam a juventude a entender a conjuntura política, eclesial e social que se vivia naquele momento brasileiro. A doutrina social da Igreja Católica naquele período se fundamentava na chamada Teologia da Libertação que muito contribuiu com os ribeirinhos, povos da floresta, trabalhadores rurais, pescadores, operários, professores e tantas outras categorias profissionais e sociais dos municípios de Itacoatiara, Silves, Urucurituba, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Urucará e, já na década de 80, Presidente Figueiredo. Em Itacoatiara, tivemos nesse período, excelentes parlamentares, militantes políticos, estudantes, professores que eram contrários ao Regime Militar ou à Ditadura, no Município e, também, em nível Estadual. Personalidades

como Dr. Francisco Gomes, Vereadores: Francisco Ramos Melo, Jurandir Pinheiro e Bernardo Almeida de Oliveira, o deputado estadual Paulo Sampaio, e o vereador de Manaus e depois senador do Amazonas, Fábio de Lucena, eram considerados pelo regime militar como traidores da pátria, pois não concordavam com as práticas políticas da ditadura. Nesse período ninguém podia andar em grupo nem reunir. Quando ocorriam as reuniões em alguma casa ou outro local, era necessário que tivesse algum olheiro para dispersar as pessoas, pois se fossem pegadas pela polícia, por estarem reunidas, seriam presas. Por isso foram perseguidos, ameaçados, presos e alguns perderam seus cargos eletivos. Entretanto, essas pessoas tinham uma militância política e social intensa, pois eram oriundos dos movimentos estudantis, sindicais, sociais que não se curvaram diante das atrocidades praticadas pela ditadura. Normalmente, realizava-se eventos com a presença dessas personalidades na Câmara Municipal, nas Escolas e nas CEBs, oportunidades em que partilhavam com a sociedade a situação vexatória em que se encontrava o município, o estado e o país. O tenente Rossi Charchar e o ex-prefeito Jurandir Costa eram considerados os principais defensores da ditadura, aqui no município de Itacoatiara, eles deduraram muitas pessoas.

Dentre os vários episódios da época, narra o Dr. Francisco Gomes:

- Fábio de Lucena era professor no Grupo Escolar Ellis Ribeiro, como se manifestava contrário à ditadura, a direção da Escola comunicou aos alunos que “a partir da data X o professor Fábio de Lucena não daria mais aula no respectivo grupo escolar”. A resposta dos alunos, à data determinada pela direção escolar que o professor não daria mais aula, levou-os a fazer um corredor de alunos desde a rua até a sala de aula, por onde o professor deveria passar. Na hora em que o professor se aproximava da escola, os alunos o carregaram até à sala de aula e o pediram que lhes desse aula, como represália a determinação da direção que estava seguindo as orientações do regime militar. O professor deu aula naquela noite. Nasceu desse modo, o grêmio estudantil da escola, como oposição à direção da escola, mas o professor foi perseguido e obrigado a abandonar a escola e a sala de aula.

Como estudante militante, tive a oportunidade de conviver com vários professores do município, dentre eles, destaco o trabalho dos professores: Guilherme Fernandes, Socorro Rolim e José Raimundo da Costa. Este último, foi ameaçado por um governador (José Lindoso) do Estado, indicado pela ditadura militar, de ser enviado para trabalhar em Cucuí, um Distrito Militar do Município de São Gabriel da Cachoeira, como represália ao seu posicionamento político contra o respectivo governador.

Por sua vez, nessa época, final da década de 70, a Pastoral da Juventude de Itacoatiara realizava suas atividades, mediante as ações de 13 grupos de jovens nos diversos bairros da cidade. Havia a Juventude Unida da Colônia (JUC), a Juventude Unida de Pedreiras (JUP), a Juventude Unida de Nazaré (JUN), a Juventude Amiga e Católica de Santa Luzia (JACSL), a Juventude Unida e Católica do Jauary (JUCAJ), a Juventude de Unida de Araújo Costa (JUAC) e demais grupos. Tais grupos tinham uma coordenação central desenvolvida pela Pastoral da Juventude (PJ) de Itacoatiara, da igreja católica. Uma das diretrizes da Pastoral era desenvolver suas atividades sem depender de contribuição ou ajuda externa. Os eventos que eram desenvolvidos pela pastoral não poderiam ser patrocinados por empresas, por exemplo. Os recursos deveriam ser conseguidos pelas ações dos próprios jovens. Após várias reuniões da Coordenação da Pastoral da Juventude, decidiu-se comprar um espaço de 30min na Rádio Difusora para divulgação dos trabalhos da juventude. Criou-se, então o programa: “Juventude a conquista de novos dias”. Este programa era apresentado, semanalmente, às quartas-feiras por um dos grupos de jovens da pastoral. Para facilitar a manutenção do programa, a coordenação da PJ estabeleceu a confecção de um carnê para cada membro dos grupos de jovens, cuja pessoa contribuía com um valor mensal para o pagamento do programa de rádio, mas concorria a um brinde surpresa do programa todo final de mês. E, assim, o programa existiu até quando a direção da rádio não aceitou mais às críticas que o programa fazia ao regime militar, aos preços elevados da cesta básica, à repressão aos estudantes e sindicalistas, à concentração de renda e à desigualdade social. Numa determinada quarta-feira, o então deputado estadual, Cleuter Mendonça, defensor da ditadura, dono da rádio não permitiu que a pastoral apresentasse o programa: “aqui quem manda sou eu”, disse o deputado. Na verdade, eram orientações superiores impedindo que a juventude se manifestasse.

Pesquisadora: Conhece outras pessoas como amigos ou familiares que foram afetados pela ditadura militar?

Colaborador: No final do ano de 1979, o então prefeito, senhor Chibly Callil Abrahim, avô do atual prefeito de Itacoatiara, tinha interesse em desapropriar o terreno onde ficava o Centro de Treinamento da Prelazia de Itacoatiara (CENTREPI), para construir no local um Terminal Pesqueiro. Como o CENTREPI era o local de formação, catequese, estudo bíblico dos membros das CEBs, estas se reuniram e, de madrugada, fizeram um cordão de isolamento da área, todos deitado no chão impedindo que os tratores demolissem o imóvel. Como o deputado Cleuter Mendonça era aliado do prefeito, defensor dos militares e contrário a todos que se opunham ao regime militar, fez vários pronunciamentos na rádio difusora

chamando os padres e comunitários de comunistas, porque “estavam impedindo o progresso de Itacoatiara”, dizia ele. Chamou várias vezes o bispo D. Jorge de melancia: “verde por fora, mas vermelho por dentro”, afirmava o deputado fazendo alusão de que o bispo era comunista. Foi uma luta intensa, vários meses de batalha, mas os comunitários não desistiram e o CENTREPI ficou servindo as CEBs, sindicatos e movimentos sociais, por vários anos, ainda.

- Outro fato marcante, deu-se com a vinda do bispo D. Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, nesse mesmo ano, para coordenar uma semana de retiro para os representantes das CEBs, agentes de Pastorais, padres e freiras da Prelazia de Itacoatiara. D. Pedro chegou em Itacoatiara de madrugada e, às 8h de uma segunda feira ele chegava ao CENTREPI, acompanhado pelo bispo D. Jorge. Com 5min de sua chegada, uma Kombi branca entrou na área do Centro de Treinamento e estacionou junto a uns açaizeiros, de onde era possível ouvir e gravar o que era dito por D. Pedro Casaldáliga. Como nessa época eu fazia parte da Coordenação da Pastoral da Juventude (PJ) da Prelazia de Itacoatiara, tive a honra de ouvi-lo e participar daquele momento solene e ao mesmo tempo triste. Ele, então, nos contou o martírio que estava vivendo, porque os defensores da Ditadura Militar não os deixavam em paz. Como ele era um membro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que defendia e praticava a doutrina da Teologia da Libertação, fundamento para as CEBs, era seguido para os lugares que ia, no Brasil e no Exterior, e perseguido pelos seus ensinamentos em favor dos fracos e oprimidos. Os policiais federais passaram os cinco dias ouvindo e gravando o que D. Pedro Casaldáliga dizia para os membros da Prelazia de Itacoatiara, no CENTREPI. O objetivo dos policiais federais que seguiam os passos do bispo era prendê-lo, para que ele não continuasse a orientar as pessoas das comunidades.

Pesquisadora: O senhor vivenciou algum tipo de repressão?

Colaborador: Na década de 70, participávamos da pastoral da juventude e dos movimentos sociais. Na década de 80 estendemos a nossa participação para o movimento estudantil, sindical e político partidário. Criamos e participamos da Organização dos Estudantes de Itacoatiara (OEI). Por meio dela criamos o grupo de Teatro Tucumã (TT), o grupo de Teatro Buriti (TB) e o Teatro Escola de Itacoatiara (TEI), este era coordenado pelo estudante e depois professor Fonseca. Os estudantes apresentavam as peças de teatros nos bairros e nas escolas. Em junho de 1980, a OEI organizou e realizou o I Congresso de Cultura Popular, na Escola Comercial Deputado Vital de Mendonça. Esse evento contou com a participação de professores e alunos das diversas escolas de Itacoatiara e de professores da Universidade Federal do Amazonas e convidados, inclusive, de fora do Amazonas. O evento

aconteceu durante 3 dias. Era para acontecer em 5 dias, mas fomos surpreendidos – éramos 13 membros da coordenação - no segundo dia, pela presença de 5 policiais federais que nos obrigaram a buscar junto ao Advogado Dr. Francisco Gomes, Habeas Corpus Preventivos, pois se assim não procedêssemos, seríamos presos e não concluiríamos o Congresso, porque, alegaram que no dia anterior “houve muito ataques aos governantes por parte dos palestrantes”. Diante das ameaças, alteramos toda a programação, inclusive, a antecipação do encerramento do evento.

Pesquisadora: Regime militar que durou 21 anos, na sua concepção teve algum impacto no município de Itacoatiara?

Colaborador: Com certeza. Como dito anteriormente, passamos esses anos sem votar para eleger nossos representantes políticos. Perseguições, prisões, exílio e até morte de pessoas aconteceram. Com o aumento da repressão aos movimentos estudantis, sociais, sindicais, culturais e políticos, a sociedade foi se reorganizando como forma de defender-se das atrocidades. Deste modo, em Itacoatiara na década de 80, tivemos as maiores greves de trabalhadores madeireiros, da sua história. Durante o período ditatorial o Sindicato dos Trabalhadores Madeireiros de Itacoatiara passou 18 anos, comandado por duas pessoas, apenas: seu Geraldo e seu Melquíades. Eles se combinaram e a cada quatro anos um passava o comando do sindicato para o outro. Somente em 1983 que os trabalhadores conseguiram retomar a direção do supramencionado sindicato, após uma intensa luta para a destituição daquele comando. Também foi o período que os movimentos sociais em Itacoatiara e na maioria dos municípios que compõem a Prelazia de Itacoatiara tiveram ações muito importantes, sobretudo, no tange a luta em defesa dos lagos e dos peixes, do povo ribeirinho e da floresta, dos estudantes, dos operários e, a criação do partido dos trabalhadores, no município que, terá uma desenvoltura eleitoral interessante.

Pesquisadora: As lembranças oriundas da ditadura Militar, deixaram traumas em sua vida?

Colaborador: Trauma eu digo que não, mas muita preocupação, porque as notícias e práticas que ouvíamos e assistíamos nos demonstravam que os defensores da ditadura se valiam de muitos artifícios ardis e cruéis para tentar manter o povo sob a tutela militar. Mas graças a rebeldia da sociedade civil chegamos a vivenciar o período da redemocratização, a partir da década de 80.

Pesquisadora: Para o senhor qual a relevância de tratar esse assunto nos dias atuais?

Colaborador: É muito relevante, sobretudo, nesse momento em que saímos de um governo que, durante 4 (quatro) anos, flertou diuturnamente com a retórica ditatorial, chegando a disseminar ódio, armas e violência, criminalizar a política e atentar contra os poderes constitucionais do Estado brasileiro. Para tal governo fuzis eram mais importantes que feijão: comida. Os poderes executivo, legislativo e judiciário foram constantemente atacados por palavras e atos que levaram à “destruição física” das instituições dos poderes do Estado Democrático de Direito, que representam a estrutura constitucional brasileira. Dia 8 (oito) de janeiro de 2023 tivemos uma tentativa de golpe político patrocinada pelos defensores da ditadura militar de 21 anos. Graças à maioria do povo brasileiro, conseguimos debelar tal intento. Que tenhamos um novo ciclo na história democrática brasileira!